

JOSÉ PINTO PEIXOTO • LUIZ MARIA DA CAMARA PINA • ANTÓNIO
JORGE ANDRADE DE GOUVEIA • JOSÉ TOSCANO RICO • MANUEL
JACINTO NUNES • JACINTO DO PRADO COELHO • FERNANDO DIAS AGUDO

COMEMORAÇÕES
DO
II CENTENÁRIO DA ACADEMIA
DAS
CIÊNCIAS DE LISBOA



PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
LISBOA • 1995

DISCURSO PROFERIDO PELO ACADÉMICO
PROF. DOUTOR M. JACINTO NUNES

Senhor Presidente da República
Senhores Membros do Governo
Caros Confrades
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Ao ser designado pelos meus pares para proferir algumas palavras nesta Sessão Comemorativa do Segundo Centenário da Fundação da Academia de Ciências hesitei em seguir a linha tradicional neste tipo de celebrações de exaltar vultos e faustos da Instituição.

É consagrada esta orientação e tem muito a justificá-la, trata-se de um aniversário para mais de uma instituição com papel de primacial relevo na história da cultura portuguesa. Teria assim pleno cabimento rememorar a sua história, referir os seus momentos altos para daí extrair a lição do futuro.

Algum conhecimento da história da Academia em geral e em particular dos sectores a que dentro dela mais estou ligado e muito em especial o conhecimento da sua situação presente levaram-me porém a adoptar outra via. Que me perdoem a heterodoxia os que preferiam a fala erudita.

De facto a gravidade dos problemas que defronta a Academia para manter o seu lugar no mundo da Cultura, o confronto do papel que desempenha em Portugal, com o que assume em outros países, tudo isso juntamente com a motivação mais recente das funções a que fui chamado a ocupar como Presidência da Academia levou-me à preferência duma via prospectiva: o que pode ou melhor o que deve ser a Academia.

Pensei — com o risco da acusação de utilitarismo — que seria de aproveitar a ocasião e a presença de personalidades que podem ter um

papel decisivo nesse processo, para fazer um balanço à situação da Academia no dealbar do seu terceiro século e de perspectivizar algumas linhas de orientação que permitam à Instituição retomar papel mais activo e de maior significado na nossa vida cultural e científica. Algo se tem feito nos últimos tempos neste sentido, como terei ocasião de referir, mas é necessário ampliar e intensificar essas acções, o que em boa parte depende dos académicos, mas não só...

Ao termo académico são dados hoje os sinónimos de convencional, doutoral e alguns acrescentam vetusto.

De facto em vários países, entre os quais podemos incluir o nosso, as Academias tendem a ser instituições de consagração de um passado científico ou cultural e menos centros vivos de irradiação da ciência e da cultura.

Não foi, todavia, aquela tendência que esteve na origem da sua criação. Sete anos depois da Reforma Pombalina da Universidade e dois anos antes da Revolução Francesa. Quando o Duque de Lafões e o Abade Correia da Serra, com a inspiração de Vandelli e do Visconde de Barbacena, criaram, nas vésperas do Natal de 1779, a Academia Real das Ciências, o intuito era que ela representasse um elo entre a Universidade que Pombal reformara e as necessidades da investigação e fomento económico.

Não admira assim que uma das primeiras obras de vulto da Academia, ainda hoje relativamente mal estudada, sejam as «Memórias Económicas da Academia» composta de cinco volumes publicados entre 1789 e 1815. Foram também publicados dois volumes das «Memórias da Agricultura Premiadas», entre 1788 e 1791.

Voltando às «Memórias Económicas», dois factos nos parecem dignos de especial menção:

Não se trata de estudos teóricos, de filosofia moral onde ao tempo se albergava a economia política, são estudos práticos sobre a agricultura de uma região, sobre as possibilidades de uma cultura agrícola, ou sobre as minas de uma localidade.

Segunda característica: são relativamente novos os seus autores. A sua idade predominante situa-se entre os trinta e os quarenta anos.

O espírito dominante na instituição é objectivo, é o estudo da realidade económica, social, histórica e literária. Daí a publicação também das «Memórias de Literatura Portuguesa» (1792 a 1814); «História e Memórias» (1797-1839); «Livros Inéditos de História Portuguesa» (1790-1824). Além da publicação do 1.º volume do Dicionário, obra cuja

elaboração é tradicionalmente cometida às Academias, e de que tão poucas se têm desempenhado. De assinalar que a Academia das Ciências de Lisboa publicou recentemente um primeiro volume actualizado do Dicionário.

O carácter subjectivo da consagração pessoal dos que são chamados à Academia é notoriamente posterior pelo menos ao primeiro meio século da sua existência.

Não estamos com estas anotações a rejeitar esse carácter consagratório que a Academia reveste, estamos sim a lamentar a perda de importância relativa do papel que ela desempenhava no campo científico e cultural.

Ainda quando da revolução liberal, a Academia é consultada em 1821 sobre o modo de convocar as Cortes para elaborar a Constituição. E esta pronunciou-se de facto a 21 de Outubro desse ano no sentido de serem convocadas pelas três ordens. Quem se lembrou da Academia das Ciências quando da Constituição de 1976, ou se lembrará dela quando da próxima Revisão Constitucional? E estou só a referir factos mais recentes, porque igualmente ninguém apelou para ela quando das Constituições de 1933 ou de 1911.

Será este afastamento do real e do contemporâneo uma tendência inelutável das instituições deste tipo ou será possível fazer reviver a sua importância?

A questão não é de fácil resposta, e estará talvez como muitas vezes sucede, numa situação intermédia entre o que a Academia foi e o que é.

Numa época em que fora das Universidades os centros culturais e científicos eram praticamente inexistentes (Os «salões culturais» tem uma dimensão e acção limitada) era natural que fosse da maior relevância a existência de instituições desta natureza e que lhes coubesse um papel da maior relevância. No domínio em geral da investigação e muito em particular da investigação científica, os progressos verificados desde então foram tais que só uma modificação muito profunda destas instituições lhes permitiria subsistir. Tão profunda, cremos, que lhes alteraria a sua própria natureza.

Temos pois de aceitar que, no aspecto investigação, outras instituições surgiram mais bem apetrechadas e flexíveis para o exercício dessas funções.

Mas há um papel que nos parece de extrema importância e que julgo as Academias podem desempenhar melhor que qualquer outra instituição: uma acção de investigação reflexiva, de observação e

exame crítico de teorias vigentes ou de novas teorias que vão surgindo, sem necessário afastamento, pelo contrário, da criatividade no seu próprio seio.

Aí sim, a acção concertada dos sábios consagrados e experimentados com os novos valores das gerações mais jovens, podem ter um papel do maior relevo para o país. E não me estou a referir apenas a aspectos teóricos, refiro-me como não menos importantes os problemas práticos e reais da vida nacional.

E a nossa Academia com todas as suas limitações de meios humanos e materiais, consequência da escassez dos seus meios financeiros, tem feito algo nesse sentido. Cito a título puramente exemplificativo dois ou três casos: Os colóquios sobre a violência, sobre a viação ou colóquio reflexivo sobre as Teorias Keynesianas.

Num outro plano, discretamente levado a efeito, e esta descrição não será talvez benéfica, deve referir-se o programa sobre as «Fronteiras do conhecimento» onde se tem procurado elaborar sínteses das posições mais avançadas nos vários domínios do conhecimento, acção levada a cabo com a colaboração de eminentes cientistas estrangeiros (um prémio Nobel por exemplo).

Nem sempre — mea culpa — os académicos, como referia recentemente um dos nossos confrades, lhe dedicam atenção análoga ao fervor com que nela procuraram entrar, mas é igualmente certo que as condições de trabalho na Academia têm um carácter centrífugo, pois são praticamente inexistentes, salvo para a investigação no domínio da história científico-cultural.

Exemplos, aí está o da elaboração do Novo Dicionário onde Membros da Academia puseram o melhor do seu esforço para elaborar o 1.º volume, mas que ficará sem continuidade se as entidades oficiais não dispensarem os meios necessários ao seu prosseguimento. E o custo é baixo em relação ao valor do produto que se obteria. Mas dir-se-á: não há tantas necessidades a satisfazer? Eu acrescentaria mas a cultura de um povo não corresponde a uma necessidade essencial num país que queira pertencer ao mundo civilizado? E ajuntaria em comentário: e malbarata-se tanto dinheiro em fins mais que duvidosos.

É conhecida a crise que o País atravessa. Em particular no domínio económico: é má a nossa situação, não obstante a melhoria verificada no sector externo. Temos uma dívida externa vultosa, agrava-se continuamente o montante da dívida interna, com contribuição assinalável dos déficits do próprio orçamento corrente a alimentar a inflação, factores

de ordem interna e externa dificultam a contenção desta, e a par do agravamento do custo de vida, o nível de desemprego atinge proporções elevadas.

Em qualquer circunstância, e até porque é delicada a situação mundial, somos nós próprios que temos de resolver os nossos problemas. Não poderia esta Academia através da colaboração dos seus membros com personalidades diversas tentar o equacionamento de algumas das nossas questões mais prementes e perspectivar as soluções possíveis para elas?

Dir-se-á que Conferências Económicas, tem sido numerosas nos últimos tempos, parece que sem grandes resultados pelo menos aparentes. Mas a ideia tinha um carácter mais circunscrito a problemas específicos, no domínio económico ou noutros, tais como a saúde, a terceira idade, a Universidade, etc.

A vantagem da colaboração da Academia no estudo destes problemas é, entre outros, o de, sem negar o factor político, ter sabido sempre sobrelevar-lhe o tratamento tão objectivo quanto possível dos problemas, o convívio sempre pacífico e amigável entre todos os seus membros para lá das diferenciações ideológicas que se não negam, porque a morte da ideologia era naturalmente a morte da inteligência humana, mas que não impede que a Academia não seja um refúgio, com campo de tréguas, onde os homens tem como primeiro valor a sua condição humana, que os faz irmanar.

Houve sempre nesta Casa a recusa de se arrogar a si próprio, ou de conceder aos outros, o monopólio da verdade. Este é de facto, o verdadeiro antídoto do totalitarismo.

Este sentido de fraternidade constitui o campo ideal para um exame sereno e imparcial dos problemas e a sua existência só por si confere à Academia como Instituição que o possibilita, mais do que justificação para celebrar com orgulho os seus duzentos anos, oferece-lhe igualmente motivação para uma acção mais pródiga, fecunda e alargada no início do seu terceiro século.

Sacudida a poeira do tempo, mas consciente do seu passado orgulhoso, há-de saber encontrar a forma de realizar essas acções e tem direito a que lhe confirmem os meios de não envergonhar Portugal no concerto das Nações. Há sempre vantagem em nunca hesitar e tudo ousar, como dizia Erasmo.

Esta sessão, a que preside o Chefe do Estado, é uma prova de afirmação da Academia e do reconhecimento que o País, na pessoa do presidente da República e de tão ilustres personalidades, continua a considerar a Academia uma instituição nacional, sempre devotada ao serviço da ciência e da cultura, que o mesmo é dizer, ao serviço do País.

27-XII-79

DISCURSO PROFERIDO PELO ACADÉMICO
 PROF. DOUTOR JACINTO DO PRADO COELHO

Senhor Presidente da República
 Senhor Secretário de Estado da Cultura e demais autoridades
 civis e militares
 Senhor Presidente da Academia das Ciências
 Prezados Confrades e Amigos
 Minhas Senhoras e meus Senhores

Em 1883, sobre parecer favorável de Pinheiro Chagas (relator) e de Bulhão Pato, a Academia das Ciências franqueava as suas portas a Eça de Queirós, elegendo-o sócio correspondente. Assim, dois representantes do Romantismo tardio davam um exemplo de isenção que, nesta Casa, não era o primeiro nem seria o último: numa data em que a batalha entre românticos e realistas estava ainda acesa, não se coíbiavam de prestar homenagem a um escritor de 38 anos que, erguendo-se do outro lado da barricada, constituía um perigo para a ordem estabelecida. *Noblesse oblige*. Os autores do parecer, embora reconhecendo em Eça de Queirós «uma das glórias literárias no século XIX, um dos poucos nomes que hão-de sobreviver ao esquecimento [...]», não escondiam as reservas que lhes merecia o Realismo em voga: «Seja qual for a escola em que os seus romances se filiem, sejam quais forem as opiniões da Academia acerca das suas tendências literárias...» Tanto Chagas como Bulhão Pato rejeitavam, obviamente, a nova escola; mas, por sentido de justiça e também por amor à própria instituição, procuravam evitar os erros em que haviam caído os imortais da Academia Francesa. «Uma das vergonhas da Academia Francesa — observavam — é não ter aceitado no seu grémio Balzac e Dumas, e é lamentável para esta corporação, a tantos respetos tão ilustre, o facto incontestável de ser o *41ème fauteur*, como espirituosamente chamou Arsénio Houssaye